



# Anais da Assembléia

**IMPULSO**

**CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 1988**

**ANO XIV**

*Projeto de Resolução propondo o Regimento Interno da Constituinte Estadual apresentado na Sessão de dia 21 de Setembro - quarta-feira*

## CRONOGRAMA DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA ESTADUAL CONSTITUINTE PELA PROPOSTA DO PT.

5 dias	até 48 horas	3 dias	24 horas	3 dias	30 dias ou + 30	3 dias
art. 41, §1º	art. 57, único	art. 28, §1º	art. 28, §1º	art. 28, §2º	art. 91	art. 91
Sessão de instalação da Ass. Estadual Constituinte	Convocação para eleição da Mesa Executiva própria da AEC.	Indicação dos membros das Comissões Temáticas.	Nomeação e publicação das indicações dos membros das Comissões Temáticas.	Reunião das Comissões Temáticas para eleição do Presidente, Vice e Relator.	Trabalho nas Comissões / Realização de audiências públicas.	Prazo para os Relatores da CT apresentarem os respectivos relatórios.
10 dias	3 dias	20 dias	48 horas	48 horas	3 dias	3 dias
art. 92	art. 29	art. 93	art. 93, §1º	art. 93, §1º	art. 93, §3º	art. 93, §3º
Prazo para os relatores das Com. Temáticas se reunirem para organizar um relatório geral preliminar sistematizado.	Publicação	Prazo para apresentação de emendas parlamentares e populares.	Prazo para os relatores das Com. Tem. organizarem as respectivas emendas.	Prazo para as Comissões Temáticas se reunirem e aprovar ou rejeitar as emendas apresentadas.	Prazo para os relatores das CT se reunirem e elaborarem o texto final - para o Plenário.	Prazo para as CT aprovarem o texto final.
48 horas	5 dias	15 dias	5 dias	72 horas	10 dias	48 horas
art. 94	art. 95	art. 95, §1º	art. 95, §2º	art. 95, §2º	art. 96	art. 96, único
Publicação	Prazo para o relator da Com. de Sistematização harmonizar todo o texto e indicar eventuais contradições	Votação na Comissão de Sistematização.	Prazo para o relator redigir o texto final que irá a Plenário para votação.	Publicação	Prazo para apresentação de emendas parlamentares e populares	Prazo para o relator ordenar as emendas.
40 dias	5 dias	48 horas	5 dias	15 dias	3 dias	48 horas
art. 96	art. 97	art. 97, único	art. 97, único	art. 98	art. 98, §2º	art. 98, §2º
Votação do Projeto em Plenário. 1º turno.	Redação do vencido pelo relator.	Publicação	Prazo para apresentação de emendas supressivas e de redação.	Votação das emendas. 2º turno	Prazo para o relator oferecer o texto final.	Publicação. + 234 dias <b>PROMULGAÇÃO</b>

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N°

**PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO  
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES,  
APRESENTADO PELO DEPUTADO  
PEDRO TONELLI  
À ASSEMBLÉIA ESTADUAL CONSTITUINTE**

**Curitiba, setembro de 1988.**

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhores Deputados:

Com a entrada em vigor da nova Constituição da República Federativa do Brasil, intensifica-se a discussão acerca do processo de elaboração da Constituição do Estado do Paraná. Urge, portanto apressar a definição do Regimento Interno da Consti-

tuinte Estadual que norteará a feitura da nova Carta Estadual.

Nesse sentido o representante do Partido dos Trabalhadores apresenta a esta Casa Legislativa, anteprojeto de Resolução dispondo acerca do Regimento Interno da Assembléia Estadual Constituinte do Paraná. Por ele se pretende contribuir com o debate político e jurídico em torno dos preceitos que disciplinarão o processo Constituinte em nosso Estado.

No que concerne ao conteúdo da proposição que ora se oferece para o debate, queremos destacar alguns pontos que consideramos importantes, como forma de compatibilizar o processo de elaboração da futura Constituição Paranaense, com os anseios democráticos da maioria da sociedade brasileira.

Destaca-se, nesse sentido, a obrigatoriedade de realização de audiências públicas ao longo dos trabalhos das Comissões

**Temáticas, das sessões especiais onde restará garantido o livre acesso à tribuna, e ainda, dentre outras medidas, a possibilidade de apresentação de emendas populares durante duas etapas do processo Constituinte, buscando-se ao máximo ampliar e democratizar em termos do possível os debates em torno do nosso futuro texto constitucional.**

Outro ponto, neste campo, é a disciplina exaustiva que se pretende dar às questões internas que marcarão os trabalhos. Indiscutivelmente seria mais cômodo, mais rápido, e talvez mais quarmecido contra eventuais críticas, apresentar-se proposta de Regimento diminuta, onde restassem enfocadas apenas as principais linhas de direção do processo constituinte. Os demais temas, nesta hipótese, seriam disciplinados pelo atual Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Tal postura, todavia, em que pesem os favores da comodidade, haveria de se ter por incompatível aos anseios e à dignidade política dos constituintes. Nenhum parlamentar que tenha consciência da importância do seu mandato, e do papel que desempenhará na elaboração da nova ordem jurídica do nosso Estado, se sujeitará a seguir, submisso, regras firmadas em antigas Legislaturas.

Ademais, não bastasse isso, um outro grave problema decorreria de tão equivocada postura. Como é notório, o atual Regimento Interno, composto por normas produzidas ao longo do regime autoritário, é de todo inadequado para a efetivação de um trabalho democrático de reestruturação da ordem jurídica. Exige-se hoje, em todos os níveis, regras democráticas que tornem transparente o agir político daqueles que formalmente assumiram o papel de manifestar a vontade política da maioria da população.

Assim sendo, a elaboração de um Regimento Interno amplo e democrático é uma exigência da realidade. Donde, por si só, explicar-se a correção da abrangente proposição que ora se oferta ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Em atendimento ao disposto nas emendas à Constituição Estadual nº e , ainda que evadas de constitucionalidade questionável, propomos a realização dos trabalhos constituintes a partir da formação de nove Comissões Temáticas, sem no entanto utilizar-se de um projeto base de constituição.

A uma Comissão de Sistematização composta por 17 membros, garantida a participação de todos os partidos políticos com assento na Assembleia, competirá a harmonização dos textos a serem deliberados em Plenário.

Reconhecendo a importância e o relevo político do processo de elaboração constitucional, propomos a eleição de uma nova Mesa Executiva, exclusiva para o processo constituinte, como forma de reestabelecer a autonomia e reafirmar a soberania da Assembleia Estadual Constituinte. Contra esta proposta poder-se-ia arguir o caráter constituinte da Assembleia Legislativa, anterior à eleição da atual Mesa. Ocorre porém que a Emenda à Constituição Estadual transformadora da Assembleia Legislativa em Assembleia Estadual Constituinte é maculada por flagrante inconstitucionalidade, dado que, o poder constituinte estadual é derivado, e, como tal, só o adquire as Assembleias após a promulgação da Constituição Federal, a que determina ineficaz aquela disposição.

Quanto à questão da realização da atividade legislativa ordinária durante o processo constituinte, optou-se por mantê-la. Não pode nosso Estado, em difícil momento de crise, e de absoluta falta de credibilidade em nossos governantes, ficar alheio à produção normativa de nível infra-constitucional. Seria uma custosa regalia, absolutamente questionável do ponto de vista do quadro político-institucional vivenciado em nosso País.

Finalmente, a ser cumprido o cronograma proposto, em seis meses, o Paraná verá sua nova Constituição promulgada, quiçá progressiva e democrática. O que não quer dizer, em qualquer hipótese, que propugnamos pela pressa inconsequente.

O conteúdo da próxima Constituição Estadual, que se pretende duradoura, não poderá ser prejudicado de qualquer projeto pessoal ou pretensão vedetista, a ser satisfeitos com a elaboração da nova Carta no mais breve espaço de tempo.

Entende o PT, ao propor um projeto de Regimento Interno completo, está contribuindo com o processo, cumprindo com sua responsabilidade e propugnando pela implantação de uma verdadeira democracia.

Sala das Sessões, setembro de 1988.

(a) PEDRO TONELLI

Deputado Estadual- PT

## ÍNDICE

TÍTULO I	Artigos
Cap. Único- Dispos. Preliminares....	01 a 03
TÍTULO II	
DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA ESTADUAL CONSTITUINTE.	
Cap. I - Da Composição.....	04
Cap. II - Da Mesa.....	05 a 25
Seção I- Da Composição e das Atribuições.....	05 a 06
Seção II- Da Eleição.....	07 a 13

Seção III- Dos Impedimentos, Ausências e Vacâncias ...	14 a 16
Seção IV - Do Presidente.	17 e 18
Seção V - Dos Vice-Presidentes.....	19 e 20
Seção VI -Dos Secretários	21 a 25
Cap.III- Dos Líderes.....	26
Cap. IV- Das Comissões Constitucionais.....	27 a 39
Seção I - Disposições Gerais.....	27 a 30
Seção II- Da Competência.	31 e 32
Seção III- Dos Trabalhos.	33 a 39
Cap. V- Do Plenário.....	40 a 76
Seção I - Disposições Gerais.....	40
Seção II- Das Sessões....	41 a 47
Seção III- Da Sessão de Instalação.....	48 a 58
Seção IV - Das Sessões Ordinárias.....	59 a 72
Seção V - Das Sessões Especiais.....	73 a 75
Seção VI- Das Sessões Extraordinárias.....	76

### TÍTULO III

#### DAS PROPOSIÇÕES E DA TRAMITAÇÃO

Cap. I - Dispos. Gerais.....	77
Cap.II - Das Resoluções e Indicações .....	78 e 79
Cap.III- Dos Requerimentos.....	80 a 87
Cap. IV- Dos Projetos de Decisão e das Emendas.....	88 e 89

### TÍTULO IV

#### DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Cap. I - Da Elaboração.....	90 a 96
Cap.II - Da Aprovação em Plenário.	97 a 102
Cap.III- Das Emendas Populares...	103 e 104

### TÍTULO V

Cap.Único - Das Atas e dos Anais.	105 a 109
-----------------------------------	-----------

### TÍTULO VI

Cap. Único- Da alteração do Regimento.....	110 e 111
--	-----------

### TÍTULO VII

Cap.Único- Das Disposições Finais.....	112 a 114
--	-----------

Estabelece normas regimentais de organização e funcionamento da Assembleia Estadual Constituinte.

### TÍTULO I CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Nos termos das disposições transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, e, de acordo com a Emenda Constitucional nº 25, alterada pela Emenda 28, à Constituição do Estado do Paraná, a Assembleia Estadual Constituinte realizará os trabalhos de elaboração da nova Constituição do Estado do Paraná, com observância das normas estabelecidas neste Regimento Interno.

Artigo 2º - Durante os trabalhos de elaboração da nova Constituição, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, continuará a exercer suas funções legislativas ordinárias, respeitado o disposto no presente Regimento.

Parágrafo Único - As sessões ordinárias da Assembleia Legislativa, quando necessárias, serão convocadas pelo seu Presidente em acordo com o Presidente da Assembleia Estadual Constituinte e, em horário diverso das sessões desta.

Artigo 3º - A Assembleia Estadual Constituinte realizará os seus trabalhos, salvo motivo de força maior, no edifício destinado à sede da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Ocorrendo a exceção prevista no "Caput" deste artigo, ela reunir-se-á em qualquer outro local, por deliberação da Mesa, "ad referendum" da maioria dos seus membros.

### TÍTULO II

#### DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA ESTADUAL CONSTITUINTE E DO SEU FUNCIONAMENTO

#### CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO

Artigo 4º - A Assembleia Estadual Constituinte é composta pelos seguintes órgãos:

- I - A MESA
- II - AS COMISSÕES
- III- O PLENÁRIO.

#### CAPÍTULO II DA MESA

#### SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 5º - A Mesa da Assembleia Estadual Constituinte, respeitando rigorosamente o critério da proporcionalidade entre os partidos com representação na Assembleia, no momento da aprovação deste Regimento, será composta por 7 (sete) Deputados que assumirão, respectivamente, o exercício das seguintes funções:

- I - PRESIDENTE
- II - VICE-PRESIDENTE
- III- 2º VICE-PRESIDENTE
- IV - 1º SECRETÁRIO
- V - 2º SECRETÁRIO
- VI - 3º SECRETÁRIO
- VII- 4º SECRETÁRIO.

Parágrafo Único - Exceto os cargos de Presidente e 1º e 2º Secretários, os demais não disporão de estrutura física ou funcional específica, utilizando, quando no exercício daquelas funções, das estruturas de seus gabinetes e as daqueles.

Artigo 6º - Compete à Mesa, além de cumprir e fazer cumprir este Regimento, sem prejuízo de outras funções, especialmente quanto aos trabalhos constituintes:

I - desempenhar as funções inerentes ao serviço administrativo e ao poder de polícia;

II- dirigir os trabalhos de elaboração do novo texto constitucional;

III- providenciar junto à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a liberação dos recursos orçamentários para o funcionamento da Assembleia Constituinte;

IV - requisitar, de ofício ou a requerimento de qualquer constituinte, informações aos Poderes do Estado, necessárias à elaboração do Projeto de Constituição, de Emenda, ou a esclarecimento de situações com vistas a esse fim;

V - diligenciar perante os órgãos competentes no sentido de garantir que os trabalhos da Assembleia Estadual Constituinte sejam amplamente divulgados pelos meios de comunicação de massa;

VI - apreciar recursos contra decisão do Presidente, em questão de ordem por este resolvida;

VII- organizar e designar a ordem-dia com a colaboração das lideranças partidárias;

VIII- decidir sobre os casos omissos ou dúvidas de interpretação das disposições deste Regimento.

Parágrafo Único - As decisões tomadas nos termos do inciso VIII, do "Caput" deste artigo, serão obrigatoriamente publicadas no Diário da Assembleia em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da sua prolação, servindo de orientação normativa obrigatória, na solução de questões futuras.

## SEÇÃO II DA ELEIÇÃO

Artigo 7º - Encerrada a sessão de instalação da Assembleia Estadual Consti-

tuante (art. 48 ss), dar-se-á início ao processo de eleição dos membros da Mesa.

Artigo 8º - O Presidente da Assembleia Estadual Constituinte, ao convocar a sessão em que se realizará a eleição referida no artigo antecedente, declarará o número de membros que cada agremiação partidária terá na composição da Mesa, respeitando o disposto no "caput" do artigo 5º deste Regimento.

Artigo 9º - As lideranças partidárias, em prazo não inferior a 12 (doze) horas do início da sessão designada para a realização da eleição, apresentarão em ordem alfabética o nome dos Deputados indicados por cada agremiação como candidatos à Mesa.

§ 1º - A relação de nomes referidos neste artigo será apresentada sem qualquer menção às funções da Mesa a serem disputadas pelos deputados indicados.

§ 2º - Cada liderança partidária poderá, nos termos do "caput" deste artigo, indicar número de deputados que não ultrapasse o limite de três vezes o total de vagas a que tem direito na composição da Mesa.

Artigo 10 - A sessão em que se realizará a eleição da Mesa somente será instalada com a presença da maioria dos deputados constituintes, devendo respeitar os seguintes princípios e formalidades:

I - verificação nominal da presença dos deputados constituintes, pelo Presidente, no ato da abertura da sessão;

II - indicação pelo Presidente, dentre os presentes, de dois deputados constituintes, que o auxiliarão ao longo do processo de eleição;

III - votação por meio de cédula única oficial, em cabines indestrutíveis, resguardado de forma absoluta o sigilo do voto;

IV - verificação, antes do início da contagem dos votos, da coincidência do número de cédulas depositadas em urna com o número de votantes;

V - proclamação de cada voto apurado ao plenário;

VI - redação, seguida da leitura pelo Presidente, do resultado da eleição, na ordem decrescente dos votados, independentemente do partido a que pertençam.

Parágrafo Único - Cada deputado, no ato de votação, indicará na cédula unicamente o nome de 6 (seis) constituintes, relacionados na forma do artigo 9º, independentemente de qualquer critério de proporção partidária, e sem fazer menção às funções da Mesa a serem por esses ocupadas.

Artigo 11 - Após a leitura do resulta-

do da eleição, o Presidente, seguindo estritamente a ordem de votação e atentando para o número total de vagas a que tem direito cada partido, procederá à distribuição dos eleitos dentre as funções que integram a Mesa.

**Parágrafo Único** - A distribuição dos eleitos, no preenchimento das funções da Mesa, se dará de acordo com a ordem estabelecida no "caput" do artigo 5º deste Regimento.

**Artigo 12** - Determinará o Presidente a realização de segundo escrutínio, na mesma sessão, na hipótese de se verificar o empate na votação obtida por dois candidatos, não sendo suficiente o critério da representação proporcional partidária para definir o preenchimento da vaga.

§ 1º - Realizado o segundo escrutínio, e prevalecendo o empate, a função disputada será atribuída ao deputado mais idoso.

§ 2º - Definida a ocupação da vaga, na forma prevista neste artigo, em sendo possível pelo critério de representação partidária, será atribuída ao perdedor a função imediatamente inferior, na ordem estabelecida pelo artigo 5º deste Regimento.

**Artigo 13** - Realizada a distribuição dos eleitos nas suas respectivas funções, o Presidente proclamará a composição da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, declarando o nome, partido e função assumida por cada um de seus integrantes.

### SEÇÃO III

#### DOS IMPEDIMENTOS, AUSÊNCIAS E VACÂNCIAS

**Artigo 14** - Os membros da Mesa, nos seus impedimentos e ausências, serão substituídos, sucessivamente, pelos ocupantes das funções imediatamente inferiores, respeitada a ordem estabelecida no artigo 5º deste Regimento.

§ 1º - Na hipótese deste artigo, o Presidente solicitará à liderança do partido a que pertença o impedido ou ausente que indique provisoriamente substituto para o exercício da função que restar em aberto.

§ 2º - Inexistindo a indicação prevista no parágrafo antecedente por qualquer razão ou motivo, a Mesa praticará regularmente os atos de sua competência, pelos membros presentes.

§ 3º - Em nenhum caso, porém, a mesa tomará qualquer deliberação ou praticará qualquer ato de sua competência, se não estiverem reunidos, no exercício de suas funções, mais de 3 (três) deputados.

**Artigo 15** - Na ausência ou impedimento de todos os membros da Mesa, o Presidente

em exercício, investido na forma do artigo 18, parágrafo único, nomeará provisoriamente substitutos para os ausentes, respeitado, sempre que possível, o critério de representação partidária adotado na composição deste órgão (artigo 8º).

**Artigo 16** - Verificando-se a vaga de quaisquer das funções da Mesa, far-se-á imediatamente, a eleição para o seu respectivo preenchimento, respeitado o disposto no artigo 5º, "caput" 9, 10, 12 e 13 deste Regimento, no que couber.

### SEÇÃO IV DO PRESIDENTE

**Artigo 17** - São atribuições do Presidente, além de fazer observar o presente Regimento, sem prejuízo de outras nele afirmadas:

I - Presidir as sessões;

II - Abrir, suspender, prorrogar e encerrar as sessões, respeitando o disposto neste Regimento;

III - Convocar sessões extraordinárias e determinar-lhes dia e hora, após deliberação da Mesa nos termos do Artigo 76, parágrafo único;

IV - Conceder ou negar a palavra aos deputados constituintes, obedecida a forma regimental;

V - Interromper o orador quando este se afastar da questão em debate, quando falar contra o vencido, ou ainda quando não houve número para as votações;

VI - Avisar com antecedência o término do discurso, quando o tempo regimental do orador estiver prestes a findar, ou quando estiver para se esgotar o período da sessão a ele destinado;

VII - Submeter à discussão e à votação as matérias da ordem-do-dia, podendo dividir as proposições para fins de votação, respeitando o disposto neste Regimento;

VIII - Decidir questões de ordem argüidas ao longo das sessões, e encaminhar imediatamente à Mesa para deliberação de eventual recurso apresentado contra esta decisão por qualquer deputado (artigo 46, IV).

IX - Anunciar o resultado das votações;

X - Determinar em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença (artigo 43, § 4º);

XI - Presidir as reuniões da Mesa, tomando parte nas discussões e deliberações, e ainda decidindo nos casos de empate;

XII - Promulgar as resoluções da Assembleia Estadual Constituinte;

XIII - Nomear, à vista da indicação das lideranças partidárias, os membros efetivos e suplentes das Comissões (artigo

28, § 1º e 29, § 3º).

Artigo 18 - Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a Presidência e não a reassumirá enquanto se debater a matéria que se propôs a discutir.

Parágrafo Único - Na ausência do Presidente e dos demais membros da Mesa, assumirá a Presidência o mais idoso de seus membros dentre os presentes.

## SEÇÃO V DOS VICE-PRESIDENTES

Artigo 19 - Ao 1º Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos (artigo 14).

Artigo 20 - Compete ao 2º Vice-Presidente substituir o 1º Vice-Presidente na sua ausência ou de ambos (artigo 14).

Parágrafo Único - Compete ainda ao 2º Vice-Presidente exercer, sob supervisão da Mesa, as funções de corregedor da ordem interna.

## SEÇÃO VI DOS SECRETÁRIOS

Artigo 21 - São atribuições do 1º Secretário:

I - Fazer a chamada nos casos previstos neste Regimento,

II - dar conhecimento à Assembléia Estadual Constituinte dos ofícios recebidos, bem como de qualquer outro documento que deva ser comunicado aos deputados constituintes em sessão;

III - despachar a matéria do expediente;

IV - receber e redigir a correspondência oficial da Assembléia Estadual Constituinte;

V - receber as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia Estadual Constituinte.

Artigo 22 - Compete ao 2º Secretário:

I - promover a guarda das proposições;

II - contar o número de constituintes em verificação de votação;

III - dirigir e inspecionar os trabalhos administrativos e fiscalizar as suas despesas;

IV - tomar nota das discussões e votações autenticando os respectivos documentos com a sua assinatura;

V - lavrar as atas e proceder à sua leitura.

Artigo 23 - Compete ao 3º Secretário auxiliar o 1º Secretário nas suas atividades.

Artigo 24 - Compete ao 4º Secretário auxiliar o 2º Secretário nas suas atividades.

Artigo 25 - Os Secretários substituir-se-ão conforme a numeração cardinal e, nesta ordem, substituirão o Presidente na ausência dos Vice-Presidentes (Artigo 14).

## CAPÍTULO III DOS LÍDERES

Artigo 26 - Cada bancada indicará seu líder para fins de sua representação junto à Assembléia Estadual Constituinte.

§ 1º - A indicação dos líderes será feita em documento encaminhado à Presidência, imediatamente após o encerramento da sessão de instalação, pelas bancadas dos partidos políticos com assento na Assembléia Estadual Constituinte.

§ 2º - A qualquer tempo é lícito à bancada partidária substituir o seu líder, mediante comunicação feita à Mesa, assinada pela maioria absoluta de seus membros.

§ 3º - Além de outras atribuições previstas neste Regimento, compete aos líderes indicar os representantes de seu partido nas Comissões.

## CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES CONSTITUCIONAIS

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27 - Às Comissões, órgãos delegados e auxiliares do Plenário, cabe deliberar sobre matérias de sua competência.

Parágrafo Único - Serão constituídas, para os fins do disposto neste artigo, 9 (nove) Comissões Temáticas e uma Comissão de Sistematização.

Artigo 28 - As Comissões Temáticas serão integradas por 6 (seis) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º - Os membros de cada Comissão serão indicados pelas lideranças partidárias dentro de 3 (três) dias da data da eleição da Mesa e nomeados pelo Presidente da Assembléia Estadual Constituinte, publicado até 24 horas após, obedecido o critério da representação partidária.

§ 2º - Nos 3 (três) dias subsequentes à publicação da nomeação dos seus membros, a Comissão deverá reunir-se sob a presidência do mais idoso, para eleger o seu Presidente, o seu Vice-Presidente e o seu Relator.

Artigo 29 - A Comissão de Sistematização será composta por 8 (oito) membros e



igual número de suplentes, indicados pelas respectivas lideranças partidárias, bem como pelos relatores das Comissões Temáticas.

§ 1º - A composição da Comissão de Sistematização obedecerá o critério de representação partidária, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembleia Legislativa.

§ 2º - As lideranças partidárias realizarão as indicações previstas no "caput" deste artigo à Mesa e por escrito, no prazo de 3 (três) dias após a eleição dos relatores das Comissões Temáticas.

§ 3º - O Presidente, o Vice-Presidente e o Relator da Comissão de Sistematização serão eleitos em plenário na primeira sessão ordinária a realizar-se após a sua composição, assegurado a todos os seus membros o direito de se candidatar a qualquer cargo.

§ 4º - Respeitado o disposto nos parágrafos precedentes, a nomeação será feita pelo Presidente da Assembleia Estadual Constituinte.

Artigo 30 - Cada Constituinte somente poderá integrar duas Comissões, uma como titular e outra como suplente.

§ 1º - As bancadas de pequena representação deverão optar pela Comissão ou Comissões que preferirem.

§ 2º - Na limitação expressa no "caput" deste artigo, não será computada a participação do Deputado Constituinte na Comissão de Sistematização na qualidade de Relator de quaisquer Comissões Temáticas.

§ 3º - Os Constituintes terão direito a voz e voto nas suas respectivas Comissões, ficando assegurado, em qualquer caso, o direito à voz nas demais.

## SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Artigo 31 - Nos termos do estabelecido no artigo 27 deste Regimento Interno, formar-se-ão as seguintes Comissões Temáticas:

- I - COMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO
- II - COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO
- III - COMISSÃO DO PODER JUDICIÁRIO
- IV - COMISSÃO DA DEFESA DOS INTERESSES E DA SEGURANÇA DA SOCIEDADE, DO ESTADO E DOS CIDADÃOS
- V - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO
- VI - COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
- VII - COMISSÕES DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES METROPOLITANAS
- VIII - COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA
- IX - COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL

§ 1º - Compete à Comissão do Poder Legislativo, discutir e deliberar acerca dos

assuntos relativos à organização e às atribuições deste Poder, bem como quanto ao processo legislativo em geral.

§ 2º - Compete à Comissão do Poder Executivo, discutir e deliberar acerca dos assuntos relativos à organização e às atribuições deste Poder, bem como quanto à responsabilidade dos seus membros.

§ 3º - Compete à Comissão do Poder Judiciário, discutir e deliberar acerca de assuntos relativos à organização e atribuição deste Poder.

§ 4º - Compete à Comissão da Defesa dos Interesses e da Segurança da Sociedade, do Estado e dos Cidadãos, discutir e deliberar acerca dos assuntos relativos às seguintes matérias:

- I - Organização e atribuições do Ministério Público Estadual;
- II - Segurança Pública
- III - Organização e atribuições da Procuradoria Geral do Estado
- IV - Defensoria Pública
- V - Assistência Jurídica Gratuita
- VI - Defesa do Consumidor

§ 5º - Compete à Comissão de Administração do Estado, discutir e deliberar acerca de assuntos relativos à organização administrativa do Estado, servidores, obras e serviços públicos.

§ 6º - Compete à Comissão de Finanças e Orçamento discutir e deliberar acerca de assuntos relativos às seguintes matérias:

- I - Receita e Despesa Pública
- II - Orçamentos
- III - Fiscalização Financeira e Orçamentária
- IV - Tribunal de Contas

§ 7º - Compete à Comissão dos Municípios e Regiões Metropolitanas, discutir e deliberar acerca de assuntos relativos às seguintes matérias:

- I - Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios
- II - Intervenção estadual nos municípios
- III - Regiões Metropolitanas
- IV - Autonomia municipal e Leis Orgânicas dos Municípios

§ 8º - Compete à Comissão da Ordem Econômica, discutir e deliberar acerca de assuntos relativos ao desenvolvimento econômico, política urbana, política agrícola e fundiária.

§ 9º - Compete à Comissão da Ordem Social, discutir e deliberar acerca de assuntos relativos à Educação, Cultura, Esportes, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente.

§ 10 - Compete ainda às Comissões Temáticas a discussão e deliberação acerca das propostas pertinentes às disposições final e transitórias, no que concernir às matérias definidas neste artigo como de sua competência.

**Artigo 32 - A Comissão de Sistematização terá por competência:**

I - Harmonizar os textos das Comissões naquilo que for conflituoso, deliberando a respeito

II - Redigir o Projeto que será oferecido ao Plenário, levando estritamente em conta, sem poder de rejeição, alteração ou veto, o decidido pelas Comissões Temáticas

III - Elaborar as disposições finais e transitórias julgadas como oportunas, respeitadas as propostas aprovadas nas respectivas Comissões Temáticas

IV - Dar redação final ao texto constitucional a ser aprovado em Plenário, na forma prevista neste Regimento.

### SEÇÃO III DOS TRABALHOS

**Artigo 33 - As Comissões funcionarão em reuniões ordinárias, realizadas pela manhã, de segunda a sexta-feira em horários por elas estabelecidos e comunicados à Mesa.**

§ 1º - O Presidente da Comissão, de ofício ou mediante requerimento subscrito por um terço de seus membros, poderá convocar reuniões extraordinárias, que deverão necessariamente realizar-se em horário diverso das ordinárias.

§ 2º - As reuniões ordinárias ou extraordinárias, apenas serão iniciadas, ou terão continuidade, com a presença da maioria de seus membros.

§ 3º - Em qualquer caso as reuniões das Comissões serão sempre públicas.

**Artigo 34 - As reuniões terão duração de duas horas e meia, podendo ser prorrogadas por proposta de um de seus membros, aprovada pela maioria, por igual período de tempo.**

§ 1º - O Presidente, ao início de cada reunião, designará um dos membros da Comissão para a elaboração da ata que registrará as discussões, e o deliberado durante os trabalhos.

§ 2º - Ao início de cada reunião ordinária serão aprovadas as atas da reunião anterior, bem como das reuniões anteriores realizadas na forma do § 1º do artigo 33.

**Artigo 35 - As questões de ordem suscitadas ao longo das reuniões serão decididas pelo Presidente da Comissão, podendo os interessados recorrer da decisão aos presentes, que decidirão por maioria de votos.**

**Artigo 36 - Serão assegurados os seguintes prazos durante os debates nas Comissões:**

I - Aos seus membros, quinze minutos, improrrogáveis, uma só vez sobre cada ma-

téria

II - Aos demais deputados, cinco minutos, improrrogáveis, uma só vez sobre cada matéria.

**Artigo 37 - Encerrados os debates, passar-se-á imediatamente à votação.**

**Parágrafo Único - Ressalvado o disposto no artigo 35, as deliberações das Comissões serão tomadas pela maioria de seus membros.**

**Artigo 38 - Nas deliberações relativas à redação final do vencido, os membros das Comissões poderão apresentar pedidos verbais de destaques, bem como apresentar por escrito, proposta de alteração, vedada qualquer alteração do conteúdo aprovado.**

**Parágrafo Único - Deliberada a matéria, na forma deste artigo, o vencido será encaminhado à Mesa para regular tramitação regimental.**

**Artigo 39 - As Comissões Temáticas destinarão, no mínimo, cinco reuniões para audiência de entidades representativas de segmentos da sociedade.**

**Parágrafo Único - As Câmaras Municipais e aos Tribunais, bem como às entidades representativas de segmentos da sociedade, fica facultada a apresentação de sugestões acerca de assuntos a serem tratados na futura Constituição Estadual, que serão remetidas pelo Presidente da Assembleia Estadual Constituinte às respectivas Comissões.**

## CAPÍTULO V DO PLENÁRIO

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 40 - O Plenário compõe-se dos deputados em exercício na décima primeira legislatura da Assembleia Legislativa, e é o órgão supremo da deliberação da Assembleia Estadual Constituinte.**

§ 1º - O Plenário funcionará com o mínimo de um terço de seus membros;

§ 2º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros, salvo em matéria constitucional, que será aprovada pelo voto favorável da maioria absoluta;

§ 3º - O Plenário deliberará sobre a não realização de sessão de Plenário da Assembleia Legislativa, sempre que necessário, por proposta da Mesa da Assembleia Estadual Constituinte ou mediante requerimento de um terço de seus membros.

### SEÇÃO II DAS SESSÕES



**Artigo 41 - As sessões do Plenário serão:**

I - de instalação, especialmente convocada para inaugurar os trabalhos da Assembleia Estadual Constituinte;

II - Ordinária, realizadas nos dias úteis, a partir das quatorze horas, exceto aos sábados;

III - especiais, realizadas às sextas-feiras pela manhã;

IV - extraordinárias, realizadas em horário diverso das sessões ordinárias ou especiais, ou ainda aos sábados, domingos e feriados.

§ 1º - A sessão de instalação será convocada para realizar-se dentro de cinco dias da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º - As sessões ordinárias e extraordinárias terão a duração comum de duas horas e trinta minutos e serão prorrogáveis no máximo, por igual tempo, mediante proposta de qualquer deputado constituinte e aprovação do Plenário.

§ 3º - As sessões especiais terão a duração de três horas, improrrogáveis, e serão utilizadas para a instituição de "tribuna livre".

§ 4º - As sessões extraordinárias serão convocadas em sessão. Não o sendo, o ato de convocação será publicado pelo Diário da Assembleia com vinte e quatro horas de antecedência.

**Artigo 42 - Todas as sessões do Plenário da Assembleia Estadual Constituinte serão obrigatoriamente públicas.**

**Artigo 43 - À hora do início da sessão os membros da Mesa e os deputados constituintes ocuparão os seus lugares.**

§ 1º - Para efeito da declaração do número de constituintes necessários à abertura da sessão, será considerada a lista de presença organizada na ordem alfabética de seus nomes e assinadas pelos constituintes, em Plenário, o qual servirá para pagamentos de subsídios e para os efeitos do artigo 10, III da atual Constituição Estadual. A justificativa de ausência acatada pela mesa, salvo motivo de doença, não será computada para efeito de quorum e nem para pagamento de subsídios.

§ 2º - Verificada a presença de no mínimo um terço dos membros da Assembleia Estadual Constituinte, o presidente declarará aberta a sessão.

§ 3º - Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 15 minutos, a complementação do quorum. Decorrido esse prazo e persistindo a falta de número, o Presidente declarará que a sessão não se poderá realizar.

§ 4º - Em qualquer fase da sessão, verificada a inexistência do quorum estabe-

lecido no § 2 deste artigo, o Presidente encerrará a sessão, de ofício ou por iniciativa de qualquer deputado constituinte.

**Artigo 44 - Os deputados constituintes falarão aos microfones da tribuna ou dos apartes.**

**Artigo 45 - A nenhum deputado constituinte será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente lhe tenha concedido.**

§ 1º - Se um deputado constituinte pretende falar sem que lhe seja dada a palavra, ou permanecer na tribuna depois de advertido, o Presidente convidá-lo-á a sentar-se.

§ 2º - Se, apesar dessa advertência, o deputado constituinte insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por encerrado, devendo, nesse caso, cessarem os serviços de taquigrafia e de som.

**Artigo 46 - Os deputados constituintes poderão fazer uso da palavra, além das demais hipóteses previstas neste Regimento:**

I - pela ordem, em qualquer momento, para reclamação quanto à observância do Regimento ou quanto aos serviços administrativos, para esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos, para solicitar verificação de quorum ou de votação, ou para levantar qualquer outra questão de ordem.

II - para apartear;

III - em explicação pessoal, somente para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita por outro constituinte em discurso ou aparte, ou para contradizer opinião que lhe for indevidamente atribuída, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

V - para suscitar questão de ordem.

§ 1º - Constituirá questão de ordem, toda a dúvida sobre a aplicação correta deste Regimento no desenvolvimento dos trabalhos de uma sessão.

§ 2º - A questão de ordem somente será admitida, se for suscitada de forma objetiva, com expressa referência à matéria tratada no momento, não podendo versar sobre de natureza doutrinária ou especulativa.

§ 3º - Desacolhida a questão de ordem pelo Presidente, poderá o interessado, de pronto, recorrer verbalmente à Mesa, que imediatamente confirmará ou reformará a decisão recorrida.

§ 4º - Quando a Presidência verificar que a questão de ordem manifestadamente não atende ao disposto no § 2º deste artigo, cassará a palavra de deputado que estiver dela fazendo uso, admitindo pronto recurso à Mesa, na forma do parágrafo precedente.

**Artigo 47 - As sessões poderão ser en-**

~~sempre~~ a qualquer momento, por decisão do Plenário, no caso de falecimento de membro em exercício da Assembléia Estadual Constituinte, de chefe de um dos Poderes da República ou do Estado, em caso de calamidade pública, ou ainda de força maior.

### SEÇÃO III DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Artigo 48 - A sessão de instalação será convocada no prazo previsto no artigo 41, § 1º, deste Regimento Interno, devendo ser presidida pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Além do seu Presidente, integrarão a Mesa que dirigirá os trabalhos de instalação, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Governador do Estado, o Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, o Presidente do Conselho Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, e um representante de cada agremiação partidária com assento na Assembléia Estadual Constituinte.

Artigo 49 - Atendido o disposto no artigo 43, § 2º, deste Regimento Interno, será pelo seu Presidente declarada aberta a sessão, seguindo-se pronunciamento que fará em homenagem à instalação dos trabalhos de elaboração da futura Constituição do Estado do Paraná.

Artigo 50 - Findo o pronunciamento previsto no artigo antecedente, o Presidente da sessão declarará instalada a Assembléia Estadual Constituinte.

Artigo 51 - Após a instalação dos trabalhos o Presidente da sessão convocará os deputados constituintes para procederem à eleição do Presidente da Assembléia estadual Constituinte, procedendo à verificação nominal de presença.

§ 1º - Atendido o disposto no artigo 10, I, deste Regimento, não se fazendo presente na sessão a maioria dos deputados constituintes, o Presidente a suspenderá, convocando o seu reinício para prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º - Estando presente a maioria dos deputados constituintes, o Presidente dará prosseguimento à sessão, solicitando ao Plenário que proceda à indicação de nomes para concorrerem à eleição.

Artigo 52 - Aos deputados constituintes indicados que desejarem efetivamente participar da eleição será assegurado o direito à palavra por 5 (cinco) minutos para defesa da sua candidatura.

Artigo 53 - Tendo os deputados consti-

tuintes feito uso da palavra, na forma do artigo antecedente, será dado início ao processo de votação.

§ 1º - O presidente da sessão solicitará a dois deputados constituintes que o auxiliem ao longo do processo de eleição.

§ 2º - Aplica-se à eleição do Presidente da Assembléia Estadual Constituinte, o disposto nos incisos II a V do artigo 10 deste Regimento Interno.

Artigo 54 - Finda a apuração dos votos, será proclamado o resultado, declarando o Presidente da sessão o número de votos obtidos pelos deputados concorrentes.

Artigo 55 - Na hipótese de nenhum dos concorrentes conseguir obter votantes superior à metade do número de votantes, determinará o Presidente da sessão a realização de segundo escrutínio.

Parágrafo Único - Do segundo escrutínio apenas participarão os dois deputados constituintes mais votados, devendo ser proclamado eleito o que obtiver votação superior, independentemente do número de votos depositados em urna a seu favor.

Artigo 56 - Proclamado o resultado final, o Presidente da sessão dará posse ao eleito, que a partir de então assumirá a condução dos trabalhos.

Artigo 57 - Antes do encerramento da sessão, o Presidente da Assembléia Estadual Constituinte convocará a próxima sessão, cumprindo o disposto no artigo 8º deste Regimento Interno.

Parágrafo Único - A sessão de que trata o presente artigo, não será realizada em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas do encerramento da sessão de instalação.

Artigo 58 - Todos os encaminhamentos e eventuais questões de ordem suscitadas ao longo da sessão de instalação, serão objeto de decisão do seu Presidente, até que se verifique o disposto no artigo 58.

Parágrafo Único - As decisões tomadas com base no disposto neste artigo poderão ser revistas pelo Plenário, por decisão da maioria dos presentes.

### SEÇÃO IV DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Artigo 59 - O tempo de duração das sessões ordinárias será assim distribuído:

I - Os primeiros 15 (quinze) minutos destinar-se-ão à leitura da ata da sessão anterior e do expediente;

II - A hora seguinte destinar-se-á a

**pronunciamentos sobre matéria constitucional, concedendo-se a palavra, por 15 (quinze) minutos, aos oradores inscritos, na ordem de inscrição, feita, de próprio punho, em livro especial, assegurada a preferência aos que não hajam falado nas oito sessões anteriores;**

**III - O tempo restante será destinado à Ordem do Dia.**

**Parágrafo Único - A inscrição feita nos termos do inciso II deste artigo, será intransferível.**

**Artigo 60 - Aberta a sessão, o 2º Secretário fará a leitura da ata da sessão anterior, que será considerada aprovada, independentemente de discussão ou votação.**

**§ 1º - O deputado constituinte só poderá falar sobre a ata para retificá-la, em ponto que designará ao início de seu pronunciamento, uma só vez, por tempo não excedente a cinco minutos, desde que o requerir imediatamente após o término da sua leitura.**

**§ 2º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo antecedente, fica assegurado a qualquer deputado constituinte a prerrogativa de solicitar à Mesa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do encerramento da sessão em que foi aprovado, pedido de retificação da ata.**

**§ 3º - Tratando-se de equívoco notório, por decisão unânime da Mesa, o pedido de retificação será de pronto deferido, devendo este, nos demais casos, ser submetido à apreciação do Plenário, sem discussão, na primeira sessão ordinária subsequente.**

**Artigo 61 - Aprovada a ata, o 1º Secretário fará a leitura do expediente.**

**§ 1º - Antes da leitura do expediente, porém, é facultado ao líder de cada Partido, usar da palavra, por 3 (três) minutos improrrogáveis, para comunicação de suas bancadas.**

**§ 2º - As comunicações realizadas na forma do parágrafo antecedente serão obrigatoriamente publicadas pelo Diário da Assembléia.**

**Artigo 62 - A inscrição de oradores para discussão da matéria em debate será feita, de próprio punho, em lista especial.**

**§ 1º - Ao se inscrever para a discussão, deverá o deputado constituinte declarar se falará a favor ou contra a matéria em debate para que o Presidente possa ordenar a chamada.**

**§ 2º - A Presidência na medida do possível, buscará alternar oradores para que se manifestem a favor ou contra a matéria em debate.**

**§ 3º - A lista de inscrição para dis-**

**cussão será aberta 10 (dez) minutos antes do horário das sessões, assim permanecendo até o término da discussão.**

**§ 4º - Cada orador disporá de trinta minutos improrrogáveis para discutir.**

**Artigo 63 - O aparte dependerá de permissão do orador.**

**§ 1º - Não serão admitidos apartes:**

**I - Ao Presidente, enquanto no exercício de sua função.**

**II - Ao uso da palavra pela ordem**

**III - Paralelos à discussão**

**IV - A encaminhamento de votação.**

**§ 2º - Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável, não podendo o tempo do aparteante ultrapassar 2 (dois) minutos.**

**Artigo 64 - A discussão será encerrada quando não houver orador inscrito, quando se esgotar a lista de oradores, ou, ainda, quando completadas cinco horas de discussão, o Plenário aprovar requerimento de encerramento subscrito por um terço dos seus membros (artigo 81, III).**

**Artigo 65 - O processo de votação será imediatamente iniciado após o encerramento da discussão.**

**§ 1º - Será admitido o requerimento de destaque, formulado por qualquer constituinte, para votação em apartado, de título, capítulo, seção, artigo, parágrafo, inciso, item, alínea ou expressão, devendo este ser apresentado por escrito (artigo 82, I).**

**§ 2º - O pedido deverá ser apresentado após iniciada a sessão em cuja ordem-dia figure a matéria sobre a qual se pretende o destaque, mas antes de iniciado o processo de votação.**

**§ 3º - O requerimento relativo a qualquer proposição precedê-la-á na votação, observadas as exigências regimentais.**

**Artigo 66 - O processo de votação só será iniciado com a presença da maioria dos membros da Assembléia Estadual Constituinte.**

**§ 1º - Não havendo número para votação, o Presidente anunciará a matéria seguinte para discussão.**

**§ 2º - No caso do parágrafo anterior, não havendo matéria a discutir, o Presidente poderá, com a concordância das lideranças dos partidos, suspender a sessão pelo tempo necessário à complementação do "quorum", ou conceder a palavra a quem quiser fazer uso dela.**

**§ 3º - Havendo mais de um interessado em fazer uso da palavra, na forma do parágrafo anterior, o tempo, para cada um, será de quinze minutos.**

§ 4º - Logo que houver número para de-  
liberar, o Presidente convidará o deputado  
constituente que estiver na tribuna a en-  
cerrar o discurso para se proceder à vota-  
ção.

Artigo 67 - Presente a maioria dos de-  
putados constituintes, declarará o Presi-  
dente iniciado o processo de votação.

§ 1º - Será admitido o encaminhamento  
de votação, assegurando-se a cada bancada,  
por um de seus membros, manifestar-se por  
uma única vez, pelo prazo de 10 (dez) mi-  
nutos.

§ 2º - O encaminhamento de votação tem  
lugar após ter sido anunciada a votação,  
não sendo admitido nos requerimentos de  
prorrogação do tempo da sessão ou de vota-  
ção por processo nominal.

Artigo 68 - A votação das matérias da  
ordem-dia observará o processo simbóli-  
co ou o processo nominal.

§ 1º - O processo simbólico é o comum  
das votações, exceto quanto às referentes  
a matéria constitucional.

§ 2º - O processo nominal será pratica-  
do sempre nas votações referentes à maté-  
ria constitucional e, nas votações das de-  
mais proposições, quando o plenário apro-  
var requerimento verbal ou escrito de  
qualquer deputado constituinte formulado  
assim que anunciada a votação.

§ 3º - Escolhido um processo de vota-  
ção, outro não será admitido, quer para  
matéria principal, quer para substitutivo,  
emenda ou subemenda a ela referentes.

Artigo 69 - Pelo processo simbólico, o  
presidente ao anunciar a votação da maté-  
ria, convidará os deputados constituintes  
a favor da proposição a permanecerem sen-  
tados e proclamará o resultado manifesto  
dos votos.

§ 1º - Se algum deputado constituinte  
tiver dúvida quanto ao resultado, pedirá  
verificação após a proclamação deste e an-  
tes de anunciada a discussão ou votação de  
nova matéria.

§ 2º - A verificação de votação far-  
se-á pelo processo de votação nominal.

§ 3º - Nenhuma votação admitirá mais  
de uma verificação.

Artigo 70 - A votação nominal far-se-á  
pela lista dos constituintes, que serão  
chamados pelo 1º Secretário e responderão  
sim ou não, segundo sejam favoráveis ou  
contrários ao que se estiver votando.

§ 1º - À medida em que o 1º Secretário  
proceder a chamada, o 2º Secretário anota-  
rá respostas e as repetirá em voz alta.

§ 2º - Terminada a chamada a que se  
refere o parágrafo anterior, proceder-se-  
á, ato contínuo, à chamada dos deputados  
constituíntes, cuja ausência tenha sido  
verificada.

§ 3º - Enquanto não for proclamado o  
resultado da votação pelo Presidente, será  
lícito a qualquer deputado constituinte  
obter da Mesa o registro de seu voto.

§ 4º - Qualquer deputado constituinte  
poderá verificar o seu voto, devendo  
declará-lo em Plenário, antes de proclama-  
do o resultado da votação.

§ 5º - O Presidente proclamará o re-  
sultado e mandará ler os nomes dos deputa-  
dos constituintes que tenham votado sim e  
dos que tenham votado não.

§ 6º - A relação dos deputados consti-  
tuíntes presentes à votação, o seu respec-  
tivo voto, bem como o nome dos ausentes  
será publicado, em prazo não superior a 72  
(setenta e duas) horas pelo Diário da As-  
sembléia.

Artigo 71 - O requerimento verbal não  
admitirá votação nominal.

Artigo 72 - Se o término do tempo da  
sessão ocorrer quando iniciada uma vota-  
ção, será esta ultimada independentemente  
de pedido de prorrogação.

Artigo 73 - Ressalvado o disposto nos  
artigos 43 a 47, as sessões especiais se  
destinarão ao pronunciamento de entidades  
legalmente constituídas ou movimentos so-  
ciais reconhecidamente representativos na  
sociedade, partidos políticos, legalmente  
constituídos e sem representação estadual  
parlamentar, sobre matérias de interesse  
constitucional.

§ 1º - As entidades a que se refere o  
"caput" deste artigo, para se pronunciarem  
nas sessões especiais, deverão encaminhar  
à Mesa da Assembléia Constituinte Esta-  
dual, requerimento assinado pela sua dire-  
ção, com firma reconhecida e ata da reunião  
que deliberou sobre sua participação, com  
a indicação do tema a ser abordado.

§ 2º - No caso de movimentos represen-  
tativos, o requerimento far-se-á acompa-  
nhar da ata da assembléia ou reunião deli-  
berativa, assinada por, no mínimo, 50  
(cinquenta) eleitores.

§ 3º - Em se tratando de Partido Polí-  
tico, o requerimento deve estar acompanha-  
do pela autorização do respectivo Diretório  
ou Comissão Executiva Regional.

§ 4º - O requerimento, acompanhado pe-  
los documentos exigidos, será encaminhado  
pela Mesa ao Plenário na sessão imediata-  
mente posterior à data do protocolo para,  
em discussão única, deliberar sobre sua  
inclusão na pauta da sessão especial se-  
guinte, respeitando a ordem de inscrição e  
priorizando os que usarem a tribuna livre  
pela primeira vez.

§ 5º - É vedado o pronunciamento sobre  
matéria vencida.

§ 6º - A Mesa ou as lideranças parti-

dárias poderão convidar, sob a aprovação do Plenário, quem entender possa usar a tribuna livre, dispensando as demais formalidades de inscrição.

Art. 74 - A cada entidade, movimento representativo ou partido político, na forma do artigo 73, é facultado o uso da palavra por 20 (vinte) minutos prorrogável por mais 10 (dez), findo o qual abre-se para o debate por um prazo de 40 (quarenta) minutos onde cada constituinte poderá falar durante 5 (cinco) minutos, possibilitando a oitiva de até 2 (duas) participações.

Parágrafo Único - Os 40 (quarenta) minutos restando de cada sessão especial são destinados a populares que queiram se manifestar sobre a discussão de temas constitucionais, durante 10 (dez) minutos cada um, permitido apartes. Neste caso a inscrição se fará em livro próprio, exposto durante as sessões especiais.

Artigo 75 - As sessões terão início a partir do momento em que for encaminhado pela Comissão de Sistematização o Projeto de Constituição que será debatido em Plenário.

## SEÇÃO VI

### DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Artigo 76 - As sessões extraordinárias serão disciplinadas pelas regras estabelecidas neste Regimento Interno para as sessões ordinárias, naquilo que não for incompatível com a própria natureza e finalidade da sua convocação.

Parágrafo Único - A convocação das sessões extraordinárias será decidida pela maioria dos membros da Mesa, de ofício, ou mediante requerimento de qualquer deputado constituinte, e se processará na forma estabelecida no artigo 41, § 4º deste Regimento Interno (artigo 81, IV).

## TÍTULO III

### DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 77 - Constituem proposições, além do Projeto de Constituição:

- I - Os Projetos de Resolução
- II - As Indicações
- III - Os Requerimentos
- IV - Os Projetos de Decisão
- V - As Emendas

Parágrafo Único - Ao processo de dis-

cussão e votação das proposições enumeradas nos incisos I a IV do "caput" deste artigo, aplicar-se no que couber, as disposições expressas nos artigos 60 e 73 deste Regimento.

#### CAPÍTULO II

##### DAS RESOLUÇÕES E DAS INDICAÇÕES

Artigo 78 - Os Projetos de Resolução destinam-se a regular matéria de caráter administrativo, ou de natureza regimental, em assuntos pertinentes às atividades da Assembleia Estadual Constituinte.

§ 1º - Os Projetos de Resolução serão apresentados em sessão, por qualquer deputado constituinte, justificados por escritos, lidos no expediente e devidamente publicados pelo Diário da Assembleia.

§ 2º - Nas duas sessões ordinárias que se seguirem à publicação do Projeto, poderão ser apresentadas emendas, as quais, lidas, numeradas e publicadas, serão encaminhadas, juntamente com o Projeto, ao exame da Mesa.

§ 3º - Publicado o parecer da Mesa, será a matéria incluída em ordem do dia, sendo submetida a um único turno de discussão e votação.

§ 4º - Na discussão, os oradores poderão usar da palavra por 10 (dez) minutos.

§ 5º - Preliminarmente o Projeto será votado, votando-se a seguir as emendas, na hipótese de aprovação.

§ 6º - A redação final do Projeto será feito pela Mesa e, uma vez aprovado, irá à promulgação.

§ 7º - O Projeto de Resolução que receber parecer contrário da Mesa será arquivado, salvo deliberação do Plenário, a requerimento de um décimo dos deputados constituintes, no sentido de sua tramitação.

Artigo 79 - Indicação é a proposição através da qual o deputado constituinte pode sugerir que o assunto nela focalizado seja o objetivo de providência ou estudo pela Mesa.

§ 1º - Não serão aceitas, como indicação, as proposições que objetivem consulta sobre interpretação e aplicação de lei, sobre ato de qualquer dos Poderes ou de seus órgãos, ou que representem sugestão ou conselho no sentido de motivar determinado ato, ou de efetuar-lo de determinada maneira.

§ 2º - As indicações serão apresentadas em sessão, devendo ser, após devidamente publicadas no Diário da Assembleia, encaminhadas à Mesa para apreciação.

#### CAPÍTULO III

## DOS REQUERIMENTOS

Artigo 80 - Serão verbais, ou escritos, sendo resolvidos imediatamente pelo Presidente, os requerimentos que solicitam:

- I - a palavra
- II - a retirada de requerimentos
- III - a retirada de proposição com parecer contrário (artigo 87, § 1º).
- IV - informações oficiais (artigo 83)
- V - votação por determinado processo (artigo 68, § 2º)

Artigo 81 - Serão escritos, não sendo objeto de discussão e encaminhamento os requerimentos de:

- I - destaque (artigo 65, § 1º)
- II - inversão da ordem do dia (artigo 84)
- III - encerramento de discussão (artigo 64º)
- IV - realização de sessão extraordinária (artigo 76)
- V - urgência (artigo 83)
- VI - adiamento da discussão e votação (artigo 84)
- VIII - retirada de posição sem parecer ou com parecer favorável (artigo 85, § 2º)

Parágrafo Único - Com exceção do requerimento referido no inciso IV, do "caput" deste artigo, os demais dependerão sempre de deliberação do plenário.

Artigo 82 - Os requerimentos que digam respeito a proposição constante da ordem do dia deverão ser apresentados na fase da sessão em que a matéria respectiva for anunciada.

Artigo 83 - Em se tratando de requerimentos de informações oficiais, será este dirigido à Mesa e, se indeferido poderá ser representado em Plenário, desde que subscrito por um quinto dos deputados constituintes ou por uma liderança que represente igual número.

§ 1º - Deferido o requerimento, as informações serão solicitadas imediatamente pelo 1º Secretário, em nome da Assembleia Estadual Constituinte, a quem de direito.

§ 2º - Quando o requerimento for dirigido à Mesa, esta fornecerá as informações no prazo de 5 (cinco) dias.

Artigo 84 - Os requerimentos de inversão da Ordem do Dia, poderão ser apresentados ao Plenário, desde que assinados por um décimo dos deputados constituintes, ou por líderes que representem este número.

Parágrafo Único - Os requerimentos de inversão da ordem do dia não serão discu-

tidos, nem terão encaminhamento de votação.

Artigo 85 - Só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo:

- I - pela maioria dos membros da Mesa;
- II - por um quinto dos deputados constituintes ou por líderes que representem este número.

§ 1º - Apresentando o requerimento de urgência este será, imediatamente, colocado em votação.

§ 2º - Se aprovado o requerimento, a matéria entrará imediatamente em discussão, ficando sobreposta a ordem do dia até a decisão final.

Artigo 86 - O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pelo Plenário, mediante requerimento de, no mínimo, um décimo dos deputados constituintes, ou de líderes que representem este número.

§ 1º - Quando, para a mesma proposição, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, ficando os demais prejudicados.

§ 2º - Os requerimentos não serão discutidos, nem terão encaminhada sua votação.

Artigo 87 - O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulado por seu autor.

§ 1º - Quando pedida a retirada de proposição com parecer contrário, o Presidente deferirá o requerimento, independentemente de votação.

§ 2º - Para a retirada de proposição sem parecer, ou que tenha parecer favorável, ou à qual se haja oferecido emenda, o requerimento dependerá de aprovação do Plenário.

## CAPÍTULO IV

### DOS PROJETOS DE DECISÃO E DAS EMENDAS

Artigo 88 - Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões da Assembleia Estadual Constituinte, nos limites estabelecidos pela ordem jurídica em vigor.

Parágrafo Único - Os projetos de decisão deverão ser subscritos por um terço dos Deputados Constituintes, e serão encaminhados à Mesa que, após emitir parecer, o submeterá à aprovação em Plenário.

Artigo 89 - Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser supressiva, substitutiva, aditi-



da ou modificativa.

§ 1º - Denomina-se ~~subemenda~~ emenda apresentada por Comissões a outra emenda e que, por sua vez, pode ser substitutiva, aditiva ou modificativa.

§ 2º - A emenda que substituir integralmente a proposição principal será denominada substitutiva.

#### TÍTULO IV DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### CAPÍTULO I DA ELABORAÇÃO

Artigo 90 - Imediatamente após a eleição de seus respectivos presidentes, vice e relatores (artigo 28, § 2º), as Comissões Temáticas iniciarão o trabalho de elaboração da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil.

Artigo 91 - Iniciado os trabalhos, as Comissões terão um prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável no máximo por igual período, para discutir e elaborar as propostas relativas às suas áreas, findo o qual o relator de cada Comissão terá 3 (três) dias para apresentar à Mesa da Assembleia Estadual Constituinte os respectivos salários.

Parágrafo Único - Durante o prazo para discussão, previsto no "caput" deste artigo, as Comissões realizarão as audiências públicas previstas no artigo 39 deste Regimento.

Artigo 92 - Findo os prazos do artigo antecedente, os relatores das Comissões Temáticas, em 10 (dez) dias, farão a harmonização dos textos aprovados pelas comissões, indicando de forma sistemática as eventuais contradições existentes, e em seguida, encaminhará à Mesa para publicação dentro de 3 (três) dias.

Artigo 93 - A partir da publicação do relatório previsto no artigo anterior, será aberto um prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de emendas parlamentares e populares.

§ 1º - Os relatores de cada Comissão Temática terão 48 (quarenta e oito) horas para organizar as emendas respectivas indicando possíveis contradições para, em prazo igual, serem aprovadas ou rejeitadas pelas Comissões.

§ 2º - As emendas rejeitadas, serão arquivadas, exceto as populares que deverão ser apreciadas pela Comissão de Sistematização e pelo Plenário.

§ 3º - Encerradas as votações das emendas, os relatores redigirão dentro de 3

(três) dias o texto final, que deverá ser examinado e aprovado pela Comissão em igual prazo.

Artigo 94 - Os textos aprovados pelas Comissões Temáticas serão enviadas à Mesa, que os publicará no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, e os remeterá à comissão de sistematização.

Artigo 95 - O Relator da Comissão de Sistematização, em 5 (cinco) dias fará a harmonização dos textos aprovados pelas Comissões Temáticas, indicando de forma sistemática as eventuais contradições existentes.

§ 1º - Nos termos do artigo 32 deste Regimento Interno, a Comissão de Sistematização deliberará no prazo de 15 (quinze) dias acerca das contradições indicadas pelo relator, e ainda quanto a eventuais emendas apresentadas por qualquer de seus membros em matéria de sua competência.

§ 2º - Findos os trabalhos previstos no parágrafo antecedente, o Relator redigirá em 5 (cinco) dias o texto final do Projeto e remeterá à Mesa para publicação dentro do prazo de 72 horas.

Artigo 96 - Publicado o Projeto de Constituição, abrir-se-á prazo de 10 (dez) dias, contínuo e improrrogável para oferecimento de emendas, por constituintes e pela iniciativa popular, obedecido o disposto no artigo 103, após o que o Presidente convocará sessão da Assembleia Estadual Constituinte, para discussão e votação do Projeto e das emendas apresentadas, em 40 (quarenta) dias.

Parágrafo Único - Exaurido o prazo de apuração de emendas, o Relator da Comissão de Sistematização ordenará em 48 (quarenta e oito) horas as emendas apresentadas, para orientação da Mesa e dos Deputados Constituintes durante as sessões do Plenário.

##### CAPÍTULO II DA APROVAÇÃO EM PLENÁRIO

Artigo 97 - Respeitado o disposto no artigo 96, deste Regimento Interno, o Plenário aprovará ou rejeitará as emendas apresentadas ao Projeto de Constituição, remetendo o vencido ao relator da Comissão de Sistematização que elaborará sua redação no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único - Findo o trabalho de redação, o relator enviará o Projeto à Mesa, que o publicará em 48 (quarenta e oito) horas, podendo os Deputados constituintes apresentarem emendas supressivas ou de redação no prazo de 5 (cinco) dias.

Artigo 98 - Havendo emendas apresenta-

das na forma do artigo antecedente, o Projeto de Constituição será incluído na ordem do dia, para discussão e votação de emendas, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Nesta fase será assegurado unicamente a cada bancada o prazo de 15 (quinze) minutos para discussão, não cabendo encaminhamento de votação.

§ 2º - Concluída a votação das emendas, o relator da Comissão de Sistematização, no prazo de 3 (três) dias, procederá à adaptação das que tiverem sido aprovadas, oferecendo o texto da Constituição a ser submetido à uma votação global, que deverá ser publicado dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 99 - Aprovado o texto definitivo, o Presidente convocará sessão solene dentro de 48 (quarenta e oito) horas, designando para a ordem do dia a promulgação da Constituição aprovada, e dela fará extrair três cópias fiéis e autenticadas.

Artigo 100 - No dia designado, lida a ata da sessão anterior e anunciada a ordem do dia, o presidente, declarando que se acham sobre a Mesa 3 (três) cópias da Constituição aprovada, as assinará com os demais membros da Mesa, e mandará fazer a chamada dos constituintes presentes para que, por sua vez as assinem.

Parágrafo Único - As cópias assim assinadas, serão os Autógrafos da Constituição.

Artigo 101 - Concluída a assinatura, levantando-se, com todos os constituintes e demais presentes, o Presidente promulgará a Constituição do Estado do Paraná, cujo preâmbulo será lido em voz alta, declarando-a obrigatória em todo território paranaense.

Artigo 102 - Os autógrafos da Constituição serão destinados aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

### CAPÍTULO III

#### DAS EMENDAS POPULARES

Artigo 103 - Fica assegurada, nos prazos estabelecidos neste Regimento, a apresentação de emenda ao Projeto de Constituição subscrita por mil e quinhentos (1.500) eleitores paranaenses em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas.

Artigo 104 - As emendas referidas no artigo anterior, exigirão para sua admissibilidade que a assinatura de cada elei-

tor seja acompanhada de seu nome completo e legível, endereço, e ainda, de declaração prestada sob as penas da lei, de que é eleitor, com a indicação do distrito eleitoral onde vota.

§ 1º - Cumprirá a Mesa verificar se as emendas atendem os requisitos exigidos neste artigo.

§ 2º - A emenda regularmente apresentada terá a mesma tramitação das demais emendas, integrando sua numeração geral.

§ 3º - Tratando-se de emenda apresentada no prazo previsto nos artigos 93º e 96º poderá usar da palavra para discutir a proposta pelo prazo de quinze minutos, nas Comissões Temáticas, ou em Plenário, um dos signatários, para esse fim indicado quando da apresentação da proposta.

### TÍTULO V

#### DO REGISTRO DOS TRABALHOS CONSTITUINTES

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DAS ATAS E DOS ANAIS

Artigo 105 - De cada sessão da Assembleia Estadual Constituinte lavrar-se-á ata sucinta, que deverá conter, além da indicação de seu número, data e horário do seu início e término, o nome de quem a tenha presidido, o número de constituintes presentes e ausentes e uma súmula do expediente lido e dos trabalhos desenvolvidos.

Parágrafo Único - A ata, lida em Plenário, será assinada pelo Presidente.

Artigo 106 - Será também elaborada, de cada sessão, ata circunstanciada, contendo todos os pormenores dos trabalhos que será publicada no Diário da Assembleia.

§ 1º - Os discursos serão publicados na ata da sessão em que tenham sido proferidos.

§ 2º - Quando requisitado o discurso para revisão do orador, não for ele restituído, a tempo de ser incluído na ata da sessão respectiva, nela figurará, no lugar a ele correspondente, nota explicativa a respeito.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, se, ao fim de cinco dias o discurso não houver sido restituído, sua publicação far-se-á pela cópia arquivada nos serviços taquigráficos, com nota de que não foi revisto pelo orador.

§ 4º - A ata registrará, a cada momento, a substituição em relação à Presidência da sessão.

§ 5º - As informações e os documentos não oficiais, lidos em resumo no expediente pelo 1º Secretário, ou por qualquer constituinte que, regimentalmente, fizer, uso da palavra, serão indicados somente na ata com a declaração do objeto a que se referirem, salvo se sua publicação inte-

gral for requerida à Mesa, que a deferirá.

§ 6º - As informações oficiais enviadas à Assembleia Estadual Constituinte, a requerimento de qualquer constituinte, serão lidas e publicadas na ata e encaminhadas por cópia ao requerente.

§ 7º - Constarão também da ata os votos de regozijo ou pesar, desde que aprovados pelo Plenário, a requerimento de um décimo dos constituintes.

§ 8º - Será lícito a qualquer constituinte enviar à Mesa, para publicação na ata, razões escritas do seu voto, bem como discursos, respondendo o autor pelo conteúdo das manifestações.

Artigo 107 - A ata sucinta da última sessão, ordinária ou extraordinária, será redigida de modo a ser lida no Plenário no início da sessão seguinte, na forma de disposto no artigo 59, I, deste Regimento Interno.

Artigo 108 - Não havendo sessão, será lavrada termo de ata, dela constando o expediente despachado.

Artigo 109 - Os trabalhos das sessões plenárias e das reuniões das Comissões serão organizados, por ordem cronológica, em anais.

#### TÍTULO VI CAPÍTULO ÚNICO DA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO

Artigo 110 - O regimento da Assembleia Estadual Constituinte poderá ser alterado por projetos de resolução de iniciativa:

I- Da Mesa da Assembleia Estadual Constituinte;

II- De, no mínimo, um terço dos constituintes.

§ 1º - No caso do inciso I deste artigo, publicado e distribuído o projeto, será convocada sessão extraordinária a realizar-se dentro de cinco dias, destinada à sua discussão, em turno único.

§ 2º - No caso do inciso II, deste ar-

tigo, recebido o projeto, este será lido e publicado no Diário da Assembleia, sendo encaminhado à Mesa a fim de receber parecer no prazo de dez dias.

§ 3º - Publicado o parecer, proceder-se-á na forma do § 1º deste artigo.

Artigo 111 - Encerrada a discussão, com a apresentação de emendas, o projeto voltará à Mesa que, no prazo máximo de dez dias, sobre elas emitirá parecer.

§ 1º - Publicado o parecer, o Projeto será incluído na ordem do dia, para votação.

§ 2º - Se aprovado pela maioria dos constituintes, a Mesa oferecerá, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a redação final do projeto, que será submetida ao Plenário, sem discussão ou encaminhamento, sendo a resolução correspondente promulgada pelo seu Presidente.

§ 3º - A contagem dos prazos previstos neste capítulo não interrompe nem suspende os trabalhos regimentais.

#### TÍTULO VII CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 112 - A Mesa da Assembleia Estadual Constituinte tomará as providências necessárias para o fiel cumprimento dos prazos assinalados neste Regimento.

Artigo 113 - Em caso de conflitos de atribuições de atos entre a Mesa da Assembleia Legislativa e a da Assembleia Estadual Constituinte, prevalecerão as decisões desta última, respeitado o disposto neste Regimento.

Artigo 114 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de setembro de 1988.

(a) PEDRO IRNO TONELLI  
Líder do PT  
na Assembleia